

I. Introdução:

A História da Educação Negro no Brasil é marcada por uma escola de caráter bastante ativo e permissivo diante da discriminação e do racismo. Dois exemplos podem marcar nitidamente esse modo peculiar da escola tratar as pessoas de descendência africana. Em 1854, o Decreto n.º 1.331 estabelecia a não admissão de escravos nas escolas públicas, e a instrução de adultos negros dependeria da disponibilidade de professores. Anos mais tarde, em 1878, o Decreto nº 7.031-A estabelecia aos negros o período noturno para os estudos.

A arbitrariedade de medidas com o propósito de afastar o negro da escola, tomadas ao longo da História, atinge a população afro brasileira até os dias de hoje. Em vista disso e sob pressão dos Movimentos Negros, uma legislação recentemente promulgada, que tornou obrigatória a inclusão dos estudos em História da África e Cultura Afro Brasileira, nos diferentes níveis de ensino, demonstra a preocupação do Estado brasileiro de afastar da escola toda e qualquer postura permissiva à discriminação e ao racismo.

O que se vê nas relações educacionais muitas vezes não é favorável ao reconhecimento e valorização da diversidade étnica e cultural existente em nosso meio social. A escola, com a sua lógica de uniformização e homogeneidade das identidades, quase sempre não valoriza as diferenças existentes em seu espaço. Rezas, hinos, comemorações de datas cívicas e/ou de cunho religioso somente caminham para a valorização de uma determinada cultura, descuidando e/ou esquecendo outras manifestações culturais correntes em nosso cotidiano. A busca por uma identidade racialmente negra acaba por ser negligenciada em favor de uma pretensiosa identidade branca, julgada superior. Aos indígenas e aos negros, na maioria das vezes, é reservado o folclore, o estigma de exótico e primitivo.

Com todos os avanços nas discussões e posturas em relação aos negros, e ainda com a promulgação da lei anteriormente referida, ainda resta um problema: a escola está realmente preparada para acolher o negro e formá-lo orgulhoso de sua história ancestral? Pois a opção em atender a Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional acrescida do Artigo 26ª, graças a Lei 10639/03, não implica necessariamente a uma escola inclusiva, sem racismo, sem etnocentrismo, sem exclusões.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que o maior mérito não está em obedecer à lei, mas em como estas Histórias e Culturas Negras e/ou Afro Brasileiras são ensinadas e apresentadas na escola. Pode ser numa perspectiva educativa, bancária/depositária de informações e conteúdos, conteudista, consumista, reprodutivista. Pode ser numa perspectiva transformadora – crítica, ou numa dimensão democrática ou autoritária. Diante de tantas possibilidades que estão associadas a opções políticas e ideológicas, permanece a questão: em que perspectiva

as escolas tem fundamentado seu planejamento, seu plano de ação, seu projeto político pedagógico de modo a contemplar todos os saberes que circulam em volta da cultura e história negra?

Com o propósito de aprofundar a discussão relacionada ao problema central que mobiliza este estudo, além das questões já mencionadas, são apontados os seguintes questionamentos:

- De que modo as discussões de cunho reparador irão incorporar a pluralidade cultural e as questões relativas a ela no currículo escolar por meio do projeto político pedagógico?
- Que estratégias pedagógicas poderim favorecer a construção de uma identidade racial multiculturalmente comprometida?
- De que forma a educação anti-racista, desenvolvidas por meio de políticas curriculares multiculturais, tem sido contemplado no projeto político pedagógico das escolas?

2. Objetivos:

A educação incorpora diversas formas e modelos, e os professores e professoras, a frente do processo educativo, não são os únicos responsáveis pelo seu exercício. A escola não detém a exclusividade do processo educativo, pois o mesmo pode ocorrer no seio familiar, no ambiente de trabalho, nos movimentos sociais, na comunidade religiosa.

Ao considerar essa dimensão mais ampla da educação, a presente pesquisa apesar de focar seus estudos nas dinâmicas escolares, pretende também analisar os diálogos entre as relações educacionais existentes dentro e fora dos muros da escola. A instituição escolar, aqui será analisada, como um espaço de aprendizado e partilha de conteúdos, saberes escolares, valores, crenças e hábitos, assim como espaço de partilha e disseminação de preconceitos, sejam eles étnicorraciais, de gênero e classe e/ou de idade. Desta forma, esta pesquisa identifica e analisa a presença da temática da diversidade étnicorracial no currículo escolar, além de indagar sobre o desenvolvimento do assunto na prática pedagógica.

Educar sem preconceitos tem sido uma tarefa árdua, pois muitos preconceitos e estereótipos estão enraizados nos indivíduos e nas instituições. A escola, refletindo as lutas da sociedade civil, movimentos sociais e discussões sobre Cultura Afro Brasileira tem – se direcionado a uma educação anti racista, contudo se a escola fundamenta seu projeto político pedagógico, planejamento pedagógico ou plano de ação em uma perspectiva anti racista, deve-se investigar para qual caminho está direcionado esse anti racismo.

Com isso os objetivos da pesquisa se fundamentam:

- No alerta para os percalços a serem superados diante da introdução da História e Culturas Africanas e Afro Brasileira nos currículos.

- Na pesquisa de propostas de um currículo escolar multicultural, anti-racista e emancipatório.
- Na investigação da inserção pedagógica da História e Culturas Africanas e Afro Brasileira nos currículos e cotidianos das escolas, numa dimensão de compromisso ético e político.
- Na busca de respostas sobre a construção de um projeto político pedagógico, que oriente a comunidade escolar na direção de uma sociedade sem racismo ou qualquer forma desqualificadora dos seres humanos.

De acordo com Trindade (2007) é possível um projeto político pedagógico democrático, progressista, emancipatório que contemple positivamente os saberes e fazeres étnicos e culturais diferenciados, enraizado não na dicotomia, mas na amálgama entre afetividade e racionalidade. Deste modo, a partir da afirmação desta possibilidade de construção, faz - se necessário pesquisar sobre as formas como as modificações curriculares rumo a uma educação anti - racista estão sendo edificadas e implementadas.

3. Abordagens teórico-metodológicas:

O foco desta pesquisa parte de categorias formadoras das dimensões centrais do multiculturalismo crítico que merecem reflexões no âmbito do currículo: relações raciais, identidade racial e o anti-racismo. Tendo como base o multiculturalismo crítico, que apóia suas teorias na superação de uma visão pouco problemática da diversidade cultural, e questiona processos racistas, discriminatórios e etnocêntricos por qual são submetidos grupo identitários classificados como “outro”, este estudo tem a pretensão de romper com a homogeneidade e valorizar, em contrapeso, a reflexão sobre as diferenças.

A partir dessa visão crítica do multiculturalismo será possível enxergar possibilidades de caminhos para uma educação que pretenda aprofundar-se em práticas que contribuam para a formação de identidades abertas à pluralidade e questionadoras de qualquer tipo ou meio de opressão. Sob esta perspectiva, como desenvolver no contexto de um currículo multicultural crítico, estratégias para a construção da identidade da criança negra? A participação da população negra na construção da identidade nacional não pode limitar-se ao discurso multicultural folclórico, no qual restringe a História Negra no Brasil à comemoração de datas históricas e reconhecimento e valorização de expressões artísticas, culinárias, folclóricas e esquecendo- se da reflexão sobre processos discriminatórios que marginalizaram a identidade negra, ao longo da História e que precisam ser superados.

A pesquisa bibliográfica, que confere suporte a esse estudo, contempla autores como Canen (2002), Kabengele Munanga (2004, 2005), Luiz Alberto O. Gonçalves & SILVA,

Petronilha P. B. G Silva (1998), Nilma Lino Gomes (2005) e Ahyas Siss (2003, 2009), dentre tantos outros. Pensando nos diversos aspectos em que a escola pode basear suas diretrizes no intuito de contemplar um currículo multicultural, este trabalho utiliza também a pesquisa documental, com material empírico diretamente ligados aos componentes curriculares e às práticas pedagógicas, bem como os depoimentos dos profissionais de educação das unidades escolares selecionadas expressos em entrevistas semi-estruturadas concedidas às autoras desta pesquisa. O critério utilizado para a seleção das escolas foi estabelecido de acordo com o público atendido pela instituição: as escolas protagonistas desta pesquisa são aquelas que recebem crianças e/ou jovens participantes de alguma manifestação cultural negra. Por se tratar de pesquisa em andamento ela apresenta, apenas, resultados parciais.

4. Referências bibliográficas:

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. “Construindo a auto-estima da criança negra”, p.117-124 IN: Superando o Racismo na Escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga (organizador). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. – Brasília: MEC/SEPPPIR, 2005.

CANEN, Ana, (2001). Relações raciais e currículo: reflexões a partir do multiculturalismo. In: OLIVEIRA, Iolanda (org.). *Relações raciais e educação: a produção de saberes e práticas pedagógicas*. Niterói: Intertexto, p. 63-77 (Cadernos PENESB nº 3).

D’ADESKY, Jacques, (2001). *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas.

GONÇALVES, Luiz Alberto O. & SILVA, Petronilha P. B. G. O JOGO DAS DIFERENÇAS: Multiculturalismo e Seus Contextos. Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 1998.

LUZ, Narcimária, (1997). *O patrimônio civilizatório africano no Brasil: PÁWÓDÁ – Dinâmica e extensão do conceito de educação pluricultural*. In: Santos, Joel Rufino dos (org.). Negro Brasileiro Negro. IPHAN, p.199 – 209 (Revista do Patrimônio nº 25)

LEMOS, Rosália de Oliveira. Guia de direitos do brasileiro afro-descendente: O negro na educação e no livro didático: Como trabalhar alternativas / Rosália de Oliveira Lemos . – 2ed. – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. “E a Ditadora Ciência D’hipóteses Negou em Absoluto para as Funções do Entendimento Artístico da Palavra Escrita”, pp.184-446. IN: Cor e Magistério / Iolanda de Oliveira (organizadora). Rio de Janeiro: Quartet; Niterói RJ: EDUFF, 2006

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* / Kabengele Munanga. – Belo Horizonte: Autêntica, 2004

PEREIRA, Amauri Mendes. *Por que estudar a história da África?* / Amauri Mendes; [ilustrações: Adriana Mendes]. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: CEAP, 2006

TRINDADE, Azoilda Loretto da. *O projeto político pedagógico da / na escola: capilarizando a temática das africanidades brasileiras* / Azoilda Loretto da Trindade . – Rio de Janeiro : CEAP, 2007